

Guerra do Paraguai: a saída de Caxias, a indicação do Conde d'Eu e suas repercussões (1868-1870).

BRAZ BATISTA VAS¹

A Guerra do Paraguai teve início no final de 1864, após a invasão paraguaia de áreas que faziam parte da Província do Mato Grosso. Mas a intensificação do conflito ocorreu efetivamente a partir de 1865. Os anos de 1865, 1866 e 1867 foram de grandes e trágicas batalhas, intercaladas por longos períodos com pouca ação entre os contendores. Todavia, os combates ao longo desses anos marcaram a reconquista de territórios brasileiros e argentinos e o avanço das forças da Tríplice Aliança, revertendo a situação de uma conjuntura defensiva para um avanço ofensivo sobre os efetivos paraguaios. De acordo com o Tratado da Tríplice Aliança, a guerra somente seria encerrada sob certas condições e perante o atendimento de alguns pleitos, especialmente aqueles relativos a questões fronteiriças e à navegação nos rios da região.

Num enorme esforço militar, o Império recrutou homens, ora voluntariamente, ora a pau e corda (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004: 179–208; CARNEIRO, s.d.: 115–30; SALLES, 1990.), juntou corpos militares terrestres distintos num mesmo esforço e teatro de operações, caso do Exército de linha, da Guarda Nacional, dos Voluntários da Pátria e das milícias rio-grandenses. Em 1869, após invadir e adentrar território paraguaio até sua capital, Assunção, Caxias — o oficial brasileiro de maior prestígio com o imperador e comandante da forças aliadas — considerou cumprida sua tarefa militar, alegando problemas de saúde e retirando-se da guerra. Assumiu seu lugar o marido da princesa Isabel, o conde D'Eu, que conduziu as operações até a morte do presidente paraguaio, Francisco Solano López, pondo fim ao conflito.

Nesse contexto, o conflito toma uma nova dimensão a partir de 1868. Com as tropas paraguaias severamente desarticuladas, os aliados adentraram praticamente até Assunção, a capital paraguaia, tomada em princípio de 1869. O final de 1868 e princípio de 1869 marcaram a etapa final do conflito, e esse período, que vai da finalização das

¹ Professor Curso de História da Universidade Federal do Tocantins – UFT – Campus de Araguaína; Doutor em História pela UNESP - Campus de Franca; e-mail: brazbv@uft.edu.br; Pesquisador do Grupo de Pesquisa: “História Social: Fragmentos e Sínteses” e do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – NUPEV.

atividades militares contra o inimigo paraguaio até a desocupação total do território paraguaio em 1876, constitui, num recorte temporal, um mosaico de fatos históricos extremamente relevantes para a vida política, econômica, social e militar brasileira.

Os anos entre 1868 e 1870 pareceram uma eternidade para os homens que faziam a guerra no Prata. Após muita ação e muito avanço até quase a derrota completa das forças paraguaias no final de 1868, a condução da guerra pareceu perder força com a saída de Caxias.

A fase final do conflito tem, na sua extensão temporal e em suas dificuldades, os reflexos da condução militar e política da campanha. A nomeação de um jovem comandante revigorou o ânimo da atuação militar brasileira, engessada nesse ínterim pelo cumprimento de uma cláusula do Tratado da Tríplice Aliança. Por consequência, ocorreu a interiorização de forças militares em território paraguaio desconhecido e inóspito aos aliados.

Trata-se, portanto, de um delicado momento político marcado pela confusa saída de Caxias e, na sequência, da perseguição e morte de Solano Lopez, que encerra militarmente a guerra. A participação do conde d'Eu no conflito com o Paraguai não é ponto pacífico no debate historiográfico.

Nesse sentido, o transcorrer dessa campanha, a condução militar de d'Eu e as questões logísticas ensejadas nela representaram um dos principais componentes da extensão do conflito para além das expectativas do comando militar e da condução diplomática, cujo desfecho propiciou, conseqüentemente, todo um trabalho político pelo Império para minorar o trauma de longos anos de combate e da morte de Solano López e, ainda, preservar, política e socialmente, um membro da família imperial.

O duque de Caxias ou Luís Alves de Lima e Silva, nascido a 25 de agosto de 1803 e falecido a 7 de maio de 1880, foi marechal do Exército, presidente das províncias do Maranhão e do Rio Grande do Sul, comandante das forças imperiais e comandante-chefe das forças da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Foi senador, ministro da Guerra, presidente do Conselho de Ministros, barão, conde, marquês, duque e tido como pacificador do Maranhão, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul; depois fora patrono do Exército brasileiro. Em 1855, foi feito ministro da Guerra do gabinete Paraná (16 de julho), em 1861 foi novamente presidente do conselho e ministro da Guerra. Em 1866, foi nomeado comandante-em-chefe das tropas

brasileiras contra López. Foram 26 meses comandando diretamente as forças brasileiras e, em alguns momentos, as aliadas como um todo (FRAGOSO, 1959: 188.) — segundo o próprio duque, em discurso no senado de 15 de julho de 1870, foram 27 meses.

Caxias foi à guerra em 1866 ao sabor das flutuações partidárias do Império. Chegou, em parte, para equacionar o esvaziamento da falta de um comando unificado, reorganizar e colocar em marcha as forças brasileiras. A princípio, via Mitre, com desconfianças. Todavia, tinha uma experiência militar maior que a de seu aliado. Caxias chegou à guerra com amplas reservas e saiu dela profundamente decepcionado. Em setembro de 1866 dá-se a batalha de Curupaiti, que se transformou na pior e maior derrota aliada na guerra até aquele momento. Essa derrota retardou os avanços aliados até julho de 1867. Nessa batalha, os aliados foram rechaçados com terríveis perdas, especialmente para o Exército argentino. Além das perdas humanas, a derrota causou modificações no comando aliado. Até a derrota de Curupaiti, o comando supremo das forças aliadas era nominalmente exercido por Mitre, mas na prática havia muitas divergências e ausência, por exemplo, de um comando unificado das forças brasileiras e aliadas. De fato, até então havia cinco comandos separados entre os aliados, com Osório e Porto Alegre comandando o primeiro e o segundo corpos de exército respectivamente, Tamandaré à frente da esquadra, Flores junto às unidades uruguaias, e Mitre no comando da aliança e dos efetivos argentinos. Curupaiti demonstrou, na prática, a necessidade de uma boa estrutura de comando dentre os aliados. É justamente nesse momento que o Império nomeia Caxias, para sanar o desencontro de comandos nas forças brasileiras. As mudanças nos comandos, como a saída temporária de Osório, e a substituição de Tamandaré no comando da Marinha, acabaram por fortalecer a posição de Caxias.

Para infelicidade do Império, Caxias só conseguiu resultados mais expressivos nos combates e no avanço das tropas em território paraguaio depois que reorganizou as forças terrestres brasileiras, o que levou mais de um ano para se efetivar. Os exércitos aliados só retomaram o avanço, praticamente, a partir de fevereiro de 1868, após Caxias suceder Mitre no comando de todas as forças aliadas. Mais especificamente, em 1868, a 13 de janeiro, Bartolomé Mitre passa o comando das forças da Tríplice Aliança a Caxias. Começa uma nova fase da guerra sob um comando brasileiro. Concomitantemente à ascensão de Caxias, a participação argentina na guerra diminui

sensível e progressivamente a partir dessa data. A participação uruguaia, que já era pequena, também diminui.

Até 1868 havia um panorama no qual o presidente argentino (participando com quase um quarto dos efetivos) era o superior hierárquico máximo, comandando todas as forças da aliança, e Caxias, em segundo no comando geral, comandando a maioria dos efetivos — três quartos. Esse fato repercutia de forma indelével entre a oficialidade brasileira. A justificativa de Caxias para a demora no avanço era a espera pela chegada de novos navios encouraçados, para que a armada imperial pudesse atuar de forma mais segura no conflito. Segundo Doratioto,

[...] a longa duração da guerra — cinco anos — causou desconfianças mútuas entre homens públicos argentinos e brasileiros. Cada parte suspeitava de um suposto interesse do aliado em enfraquecê-la por meio da prolongação da luta. Em 1868 ascenderam ao poder Domingo Faustino Sarmiento, na Argentina, e o Partido Conservador, no Brasil, ambos adversários da política de cooperação entre os dois países. A partir de então, a diplomacia imperial esforçou-se para evitar que a Argentina ficasse com a posse de todo o Chaco Boreal. (DORATIOTO, 1994: 62–3)

Foi nesse contexto, sob as ordens de Caxias, que se executaram a manobra de cerco do complexo de fortificações de Humaitá e as manobras de flanco, que alguns militares convencionaram chamar de manobra de Santo Antônio, possibilitando um avanço mais rápido sobre o território paraguaio rumo à Assunção mediante batalhas que ficaram conhecidas como “campanha da Dezembrada”. Mesmo durante essa campanha, Caxias teria sacrificado excessivamente os contingentes aliados, por falta de um planejamento tático-estratégico mais cuidadoso, como a escolha dos melhores locais para transpor os pequenos afluentes e investir contra as posições inimigas. Essa mesma série de manobras levadas a termo por Caxias fazia parte, segundo os argentinos, de um planejamento tático-estratégico elaborado por Mitre, quando este assumiu o comando das forças aliadas. Caxias teria sido, assim, um mero executor de um planejamento preestabelecido. As análises oriundas do meio militar brasileiro tendem a supervalorizar os feitos de Caxias na “Dezembrada”:

A manobra concebida e executada por Caxias foi uma manobra de ala com movimento envolvente integral em que sobressaíram:
– A surpresa estratégica com o desembarque do grosso na região de Santo Antônio.
– A velocidade, apesar das dificuldades e desconhecimento do terreno e do mau tempo, foi obtida pelo acionamento vigoroso dos meios em Itororó e Avaí, embora o inimigo se defendesse com energia e donôdo. Cumpre ainda

ressaltar a busca intensa de informações, quer em relação ao terreno, quer sobre a localização dos elementos inimigos, servindo de base a progressiva elaboração da manobra e eficiente execução. (LIMA, 1967: 69)

No debate historiográfico brasileiro, esse mesmo episódio é descrito por Izecksohn da seguinte forma:

Entre agosto e dezembro de 1868 o Exército brasileiro contornou as trincheiras paraguaias pelo processo conhecido como “marcha de flanco”. Ideia originalmente concebida por Bartolomeu Mitre, a marcha foi executada com precisão por Caxias, apoiado em seu corpo de engenheiros e no trabalho incessante dos soldados. (IZECKSOHN, 2009: 412)

As batalhas dessa campanha ainda ensejam acalorado debate sobre as atitudes de Caxias, como na batalha de Itororó, pela oportunidade desperdiçada de tomar aquele reduto com facilidade e com menos perda humana e pela polêmica que envolve a fuga de López, à vista de muitos soldados e oficiais brasileiros, fato que possibilitou ao dirigente paraguaio reorganizar sua resistência e continuar a guerra (DORATIOTO, 2002: 374–82). Assim, ao fim de 1868, após a “Dezembrada”, Caxias, comandando todas as forças aliadas, chega a Assunção. Logo no início de 1869, entre 1º e 5 de janeiro, as forças brasileiras ocuparam a capital paraguaia. Tendo consolidado a ocupação da capital guarani, Caxias dá por encerrada sua participação no conflito: amaldiçoa e declara terminada sua participação na guerra, fazendo várias críticas às dificuldades de consecução dos combates e do teatro de operações, externando seu descontentamento com a insana guerra que estava em curso. Mas o conflito ainda não estava encerrado. Segundo Schulz, “[...] por volta de 1868, os paraguaios sofreram graves perdas de homens, munições e alimentos; mas graças ao seu fanatismo, López conseguiu manter unidas suas tropas quase até a sua morte” (SCHULZ, 1994: 56.). Para Doratioto,

[...] Caxias retirou-se do Paraguai sem esperar ordens superiores, atitude que foi imitada, em fevereiro, pelas cúpulas do Exército e da Marinha. Essa retirada, acrescida do cansaço da guerra por parte das forças brasileiras sentimento aprofundado após os duros combates de dezembro do ano anterior, levaram à imobilização militar até meados de 1869. (DORATIOTO, 2002: 383)

Este fato reduz drasticamente o ritmo das operações militares e dá a Solano López a oportunidade de formar um novo exército paraguaio, uma tropa improvisada e precária, entre janeiro e agosto de 1869. Enquanto Caxias desistia da guerra e Solano López

recompunha suas tropas, os percalços do conflito fervilham na imprensa da Corte e, de acordo com Delso Renault,

[...] O fluminense colhe informações contraditórias. Pelos barcos que aqui atracam chegam informações do teatro do conflito. Pululam os insensatos panfletos sobre o estado das finanças do Império, sobre a morosidade dos exércitos aliados. Sempre mal informada a imprensa estrangeira concorre para excitar os ânimos e confundir a opinião pública. Esses rumores já vinham de algum tempo. Há cerca de dois anos o *Anglo-Brazilian Times* publicara um artigo sobre Caxias. A imprensa da Corte esclarece alguns tópicos insidiosos: mostra como a prolongação do conflito não é devida à inatividade do general-em-chefe, mas a uma dura necessidade das circunstâncias, que é preciso vencer à custa de novos esforços e sacrifícios. Por outro lado, nada há a reear quanto aos rumores de desentendimento entre o Imperador e o Conde d'Eu. Os boatos se interligam formando uma corrente que não leva a nada. De outra feita, circula o rumor de uma intervenção forçada por parte do governo dos Estados Unidos, com o objetivo de ultimar o conflito. A imprensa desmente, também, a notícia de um comício organizado por nacionais e estrangeiros, no qual o povo pediria ao governo providências para “acabar com o conflito e com a baixa do câmbio”. E necessária a publicação da carta do Visconde de Erval para desfazer a intriga espalhada *urb et orbe* sobre a desavença entre Caxias e Osório. (RENAULT, 1978: 292)

A par do que corria na imprensa (REIS, 2008; PASCAL, 2007) da Corte com relação à guerra, havia também considerável preocupação do governo imperial, ainda que mal terminada a guerra, com as pretensões argentinas. Mas a saída de Caxias foi uma inesperada e desagradável surpresa para as expectativas imperiais. Ele foi não só um destacado militar, mas também — e antes de tudo — um hábil “general-político”, muitas vezes mais político que general, a atuar na Corte, circulando com desenvoltura no emaranhado dos interesses e jogos políticos daquele contexto. Ao início da guerra, sob a batuta de um governo liberal, ofereceram-lhe o comando das forças brasileiras que atuariam no Paraguai;

[...] mas Caxias condicionou a aceitação do comando à sua nomeação como presidente da Província do Rio Grande. Como, porém, um presidente provincial controlava os altos postos locais e dominava a política da região, os liberais acharam impossível aceitar a exigência do general conservador. Após a derrota de Curupaiti, o governo mais uma vez recorreu a Caxias, que aceitou o convite em troca da demissão do ministro da Guerra, Ferraz. O precedente de um general determinar a remoção de um ministro, seu superior, já foi citado como uma das primeiras manifestações de militarismo. Mas tendemos a acreditar que este evento, único na história imperial, foi simplesmente uma jogada política de um senador conservador, cujos talentos especiais eram requisitados pelos seus oponentes. (SENADO, Anais, 15 de julho de 1869 apud SCHULZ, 1994: 66)

Com isso, Caxias soube caminhar no palco político imperial de forma a determinar o melhor momento e as condições para entrar em cena quanto aos esforços de guerra. No jogo entre liberais e conservadores, Caxias soube, naquele momento, usar a guerra como um estratégico elemento de força política. Em 1868, o gabinete liberal foi substituído por um gabinete conservador. Caxias e a guerra não foram às únicas razões para a troca, mas contribuíram decisivamente para tanto. Caxias acusava o gabinete liberal de não lhe dar o apoio necessário à condução das operações de guerra. Já os liberais se viam de certa forma reféns de Caxias, especialmente por não terem um nome à altura a ser indicado para substituí-lo. Some-se a esse quadro o fato de Caxias conseguir um expressivo avanço nas operações militares ainda em 1868, conquistando a capital paraguaia no alvorecer de 1869.

No desenrolar da guerra, a conquista de Assunção foi motivo de alívio para Pedro II, de tal forma que

[...] foi grande a euforia causada pelo feito, a do imperador maior que todas. Mas ela foi logo substituída por enorme desapontamento quando chegou a notícia de que Caxias decidira declarar a guerra terminada, abandonar o comando aliado e regressar ao Brasil. O general alegava que do ponto de vista militar a guerra já estava vencida, acrescentando razões de saúde. “Não lhe dou o direito de adoecer”, escreveu-lhe irritado d. Pedro. Ao presidente do Conselho, Itaboraí, afirmou ser inconveniente o fim da guerra. López podia reunir mil homens e forçar o Brasil a negociar com ele “depois da afronta que ele nos fez e crueldades que praticou contra tantos brasileiros”. Em carta particular a Osório, Caxias deu outras razões para seu comportamento: “Já estou safo do comando do Exército”, e assinalou que não achava digno dele “dar caça ao López em sua fuga com o que sobrara de suas tropas e capturá-lo”. No entanto, a tarefa revelou-se muito mais difícil do que o próprio Caxias podia imaginar. (CARVALHO, 2007: 119)

Essa atitude de Caxias aborreceu profundamente o imperador e toda a alta esfera política do governo brasileiro. Porém, mesmo como militar experiente, Caxias não soube avaliar com precisão as implicações estratégicas e táticas de sua decisão, especialmente em face de um inimigo ainda ativo, plenamente capaz de se reorganizar e, naquele momento, dependendo dos encaminhamentos políticos em relação à saída dele, ainda forçar negociações com os aliados. Caxias, consciente de sua atitude, não quis entrar para a história como o general que perseguiu um inimigo tido como vencido, mas acabou marcando seu lugar nela como aquele que abandonou a guerra por se cansar dela.

Posteriormente, a historiografia paraguaia procurou explorar esse momento e a

polêmica decisão de Caxias. Segundo um dos exemplos da análise paraguaia, nas palavras de Efraím Cardozo,

[...] Caxias pensava, assim, que ao invés de perseguir os últimos restos do exército que, chefiado por Lopes, se refugiaram na Cordilheira de Azcurra, deveria ir para Assunção, que estava desguarnecida, lá entrando em 05 de janeiro de 1869. Lá não encontraram uma alma. As tropas argentinas acamparam nas proximidades, enquanto as brasileiras se entregaram à pilhagem implacável e cruel, sem respeito aos templos, túmulos e legações. Pouco depois, Caxias deixou o teatro de operações, descontente com a insistência do Imperador em levar a guerra até a destruição total do Paraguai.² (CARDOZO, 1965: 105–6)

Pelo relato de Efraím Cardozo, Caxias abandonou a guerra para não afrontar diretamente a Pedro II e por discordar da necessidade de “destruição total” do país inimigo para considerá-la vencida. De forma semelhante à Efraím Cardozo, na historiografia brasileira sobre a guerra, segundo a perspectiva revisionista, a saída de Caxias é apresentada da seguinte forma:

Ao longo da guerra do Paraguai, os desacordos entre os comandantes brasileiros normalmente culminavam com o afastamento por motivo de doença. Assim fora com Polídoro, Tamandaré e Osório; era assim agora com o Visconde de Inhaúma que, a 16 de janeiro, passou o comando da esquadra ao Barão da Passagem e viajou para Montevidéu. Na verdade, o afastamento de Caxias veio muito a calhar para a política geral do império. Seu substituto, nomeado a 22 de março, era o Conde d’Eu, Luis Felipe Maria Fernando Gastão d’Orleans, genro do imperador e figura notoriamente impopular no Brasil. Num país em que o imperador dispunha de um formidável poder — o poder Moderador — assegurado pela Constituição, a eventualidade do coroamento da Princesa Isabel era temida justamente por causa do marido. Com a guerra ganha, pouco lhe restaria fazer; mas seria sempre o comandante afinal vitorioso. (LAGE, 1982: 253–4)

As duas citações acima são consensuais apenas na polêmica que circunda o abandono ou afastamento de Caxias. No mais, permanecem destoantes as razões que motivaram Caxias a tanto.

Nas incertezas das névoas políticas, logo após a guinada de 1868, com a saída dos liberais e o retorno dos conservadores ao poder, a saída de Caxias da guerra no

² Tradução livre. No texto original: “[...] así lo creyó Caxías, que en vez de perseguir a los últimos restos del ejército que con López a la cabeza se refugiaron en la Cordillera de Azcurra, prosiguió hasta Asunción, que estaba desguarnecida, donde entró el 5 de enero de 1869. No encontraron un alma. Las fuerzas argentinas acamparon en los alrededores, mientras las brasileñas se entregaban a implacable saqueo, sin respetar templos, sepulcros ni legaciones. Poco después, Caxías abandonó el teatro de operaciones, descontento por la insistencia del Emperador en llevar la guerra hasta la destrucción total del Paraguay.”

início de 1869 arranhou sensivelmente a imagem do Império na condução e conclusão da campanha contra o Paraguai. Esse ato de Caxias foi muito criticado por liberais e conservadores e coincidiu, no âmbito das operações militares, com o retorno de Mitre ao comando *in loco* das forças argentinas, além de gerar mais um período de inação militar até a indicação e chegada do conde d'Eu para comandar as forças brasileiras e finalizar a guerra.

No Rio de Janeiro, o debate e a agitação em torno do assunto tomaram o cotidiano da Corte. Antes mesmo da polêmica sobre Caxias, a sequência de vitórias entusiasmava os leitores. De acordo com a imprensa, segundo Delso Renault,

Com olhos voltados para a zona do conflito a população vive dias de expectativa. Levada pela crença nos rumores oficiais e nas comunicações reservadas, chega a crer que a campanha do Paraguai está decidida. Atrasadas de vários dias, as notícias do conflito confundem os espíritos mais sensatos. Assim se dá há meses com a “notícia faustosa” da tomada de Humaitá. São onze e trinta da noite. O jornal já se acha no prelo — conta do redator. Os paraguaios abandonaram a fortaleza no dia 24 para 25 de julho. A população recebe a notícia no dia 3 de agosto, nove dias após! A uma hora da noite as casas se iluminam. Hasteiam-se bandeiras nas janelas. Estão acesos todos os edifícios públicos. Centenas de foguetes espocam nos céus do Rio de Janeiro deste ano (1869) outros acontecimentos vêm alegrar a alma fluminense. Angostura cai em poder das forças aliadas e López, com o restante de suas forças, se entrincheira em Lomas Valentinas, tendo à sua frente o exército aliado pronto a atacá-lo. (RENAULT, 1978: 291)

Conforme a citação acima, a comunicação, pela sua demora e, em muitos casos, pela sua imprecisão, fomenta e aumenta polêmicas quanto ao final do conflito e os personagens nele envolvidos até então. Assim, como relata Delso Renault:

Mal informada, a imprensa estrangeira espalha notícias infundadas: o *Nacional*, de Buenos Aires, diz que “Lopes se rendera à discrição, sob a condição de ser tratado com as honras de guerra”. No dia 7 de janeiro o diário do Rio de Janeiro abre a primeira página com outro fato importante: Caxias desfechara o golpe mortal em Lomas Valentinas! “Viva a nação brasileira! Vivam os aliados!”. López refugia se num capão de mato, onde se acha cercado. Intimado a render-se, respondeu “que trataria, mas não se renderia. Da minha parte estou disposto a tratar da terminação da guerra, sob bases igualmente honrosas para todos os beligerantes” — diz o ditador na sua resposta — “mas não estou disposto ouvir uma intimação de deposição de armas”. (**Diário do Rio de Janeiro** - 7/1/1869 apud RENAULT, 1978: 292)

A demora das informações, de certa forma, favorece a Caxias, que só mais tarde é cobrado a dar explicações. Enquanto isso, as informações que circulam na imprensa da Corte são confusas e ao sabor de boataria:

Neste ano de 1869, os boatos fervem. Sua ação é maléfica. O fluminense colhe informações contraditórias. López tentara o suicídio, mas faltou-lhe o ânimo necessário. Em fins de janeiro, outro boato ganha corpo nas casas, nas ruas nas repartições do governo: a corveta americana *Guerrière* não recambiara do Paraguai dois prisioneiros americanos, mas, o próprio López em carne e osso. Como um fio d'água, que se infiltra insidiosamente, o boato circula até entre os Ministros que estão reunidos na Secretaria da Agricultura para tratar da “grave questão internacional”. É inimaginável o efeito da notícia. Durante vários dias, como um segredo que se passa de boca em boca, indaga-se nos salões, nos teatros, e a resposta é segredada sem vacilações: — “É verdade. Não há dúvida. Está aí o López”. (**Diário do Rio de Janeiro** - 24/11/1869 apud RENAULT, 1978: 293)

Com alguma demora, por fim, entre o final de janeiro e meados de fevereiro de 1869, começam a circular na imprensa da Corte e nos periódicos estrangeiros as informações sobre a saída de Caxias. No caso da imprensa brasileira, com agressivos ataques à postura de Caxias e à situação da condução dos esforços de guerra:

Informações procedentes de Humaitá contam que Caxias passara o comando ao Marechal Guilherme Xavier de Sousa e viera a Montevideu “procurar alívio a seus sofrimentos”. Naquela cidade alojara-se numa casa-de-campo que Mauá põe à sua disposição. O militar está doente e cansado. Caso seus “incomodos prolongassem” tenciona regressar à Corte. Isto ocorre no dia 15 de fevereiro: “a bordo do vapor *S. José* chegou ontem à corte o Marechal de Exército Marquez de Caxias”. Dias depois Caxias é recebido pelo monarca no Paço de São Cristóvão e condecorado com a medalha do mérito militar por atos de bravura praticados no Estabelecimento, Itororó do Avaí e Lomas Valentinas. Três dias depois, a bordo da corveta Niterói, chega ao Rio o Visconde de Inhaúma, almirante e ex-comandante da esquadra em operações. Mais uma vez, a imprensa estrangeira critica o desempenho do Exército brasileiro, provocando a intervenção de José Cândido Gomes, que defende o soldado brasileiro das injustas e graves acusações contidas no artigo sob o título “Saque de Assunção”. A carta de Cândido Gomes é publicada em Buenos Aires a 21/1/1869 e nela desmentem-se de forma inelutável as levianas acusações. Assunção está deserta e abandonada. Como saqueá-la? (**Diário do Rio de Janeiro** - 16/2/1869 apud RENAULT, 1978: 293)

Num refluxo de nacionalismo, a imprensa brasileira parecia dar mais atenção aos ataques via periódicos estrangeiros do que propriamente à situação da guerra no Paraguai. A impressão do fim do conflito iludiu a muitos. Nesse sentido, a imprensa da corte procurava aproveitar ao máximo possível os cacacos de informação que chegavam do teatro de operações. As notícias enviadas por alguns correspondentes de Montevideu ou Buenos Aires eram fundamentais nesse processo. Mais que isso, junto aos textos desses correspondentes, além das informações sobre os brasileiros em particular, e sobre os aliados em geral, há uma preocupação com as notícias e informações que circulam na imprensa do Prata, especialmente a de Buenos Aires. No regresso de Caxias ao Rio,

verificam-se as seguintes informações e reações:

O colera morbus assola as forças aliadas na bacia do Prata. Caxias tem o conflito por terminado. O comércio antecipa-se às comemorações. Anunciam-se as “Iluminações a Giorno — Viva o Brazil!! Para festejar as grandes festas da paz que devem ter lugar. Todos! Nacionais! Como estrangeiros! Amigos do Brazil! Devem fazer por antecedência seus preparativos para honrar e festejar a volta do Exm. Preclaro Marques de Caxias” [...]. O comércio vende biografias, hino de victoria, música e poesia de José Vieira de Couto, dedicado a Caxias. (**Diário do Rio de Janeiro** - 17/2/1869 apud RENAULT, 1978: 293-4)

Em sua viagem de retorno ao Brasil, quando Caxias chegou a Montevideú, conforme relato de Paranhos a Cotegipe, “[...] ao perceber a má impressão que sua retirada do Exército causara, continua o relato, Caxias afirmou que se sua morte assegurasse a captura e a expulsão de Solano López, retornaria a Assunção para morrer” (DORATIOTO, 2002: 389). Caxias, que chegou à Corte próximo ao fim fevereiro de 1869, foi agraciado com o título de duque, 24 horas após a nomeação do conde d’Eu para a chefia das forças brasileiras, em 23 de fevereiro de 1869. No dia 22 de março, saía a seguinte publicação:

Hei por bem conceder ao marechal de exercito Marquez de Caxias a demissão que pediu do commando em chefe de todas as forças em operações contra o governo do Paraguay, à vista do soffrimento de moléstia que o impossibilita de continuar n’aquelle comando; louvando-o pelos relevantes serviços que n’elle prestou. O Barão de Muritiba, conselheiro d’estado, senador do Império, ministro e secretario d’estado dos negocios da guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de março de 1869, 48º da independência e do Imperio. — Com rubrica de S. M. o Imperador. — *Barão de Muritiba*. (**HISTÓRIA da Guerra do Brasil contra as repúblicas do Uruguay e Paraguay**, 1871: 178.)

Em julho de 1869, quando interpelado no Senado sobre sua saída, a capacidade de resistência de López e a extensão do conflito, respondeu indagando seus opositores: “Qual foi o ato que pratiquei, quais as forças que mandei retirar das posições em que se achavam, dando por finda a guerra? Não há nenhum” (FLEIUSS, 1942: 17). Assim, mesmo com críticas por ter avaliado erroneamente o cenário que se delineava para a guerra após a ocupação de Assunção, mesmo continuando a editar ordens do dia a distância ao longo de janeiro de 1869 e tendo deixado em duvidosa situação o marechal Guilherme Xavier de Sousa no comando interino das forças brasileiras, Caxias saiu-se *no* e *do* conflito em condições de continuar a usufruir de considerável capital político junto ao imperador e à elite política. Exemplo emblemático disso foi sua nomeação, poste-

riormente, para ocupar novamente o Ministério da Guerra, em meados de década de 1870.

Para Oliveira Lima, ainda que Caxias “[...] declarando finda a guerra ao entrar em Assunção e recusando, por não querer ser ‘capitão do mato’, continuar na perseguição de Lopes que o conde d’Eu levou a termo, procede contra a disciplina” (LIMA, s.d.: 424.). Noutros termos, a atitude de Caxias pode ser lida como ato de indisciplina, não muito distante daquilo que se via dentre a soldadesca.

Tasso Fragoso defende Caxias. Ele considera injustas as acusações que lhe imputaram. Para esse autor, geravam “[...] mágoa no coração essas acusações mesquinhas e imperdoáveis, feitas a quem acabava de escrever páginas brilhantes e imorredouras da história de sua pátria” (FRAGOSO, 1959: 190). De certa forma, Doratioto concorda com Fragoso ao dizer que

Caxias, porém, conseguiu transcender suas limitações, impôs-se grandes sacrifícios pessoais e incorporou em si a responsabilidade de cumprir o *objetivo do Estado monárquico de destruir Solano López, de eliminar definitivamente o agressor*, para que ele não se recuperasse e, no futuro, voltasse a ser ameaça. Essa eliminação também era um alerta a inimigos externos do Império, a mostrar qual seria o preço de uma agressão a território brasileiro. Nesse contexto, Caxias foi, sim, um herói; trazia em si, é verdade, preconceitos sociais e políticos de sua época, mas não se pode cobrar do passado a observância dos valores do presente. (DORATIOTO, 2002: 393, grifo nosso.)

O problema foi que Caxias, em que pese sua eficiente atuação militar, não destruiu nem eliminou Solano López como preconizava o tratado. Essa atribuição coube ao seu sucessor. Doratioto, numa breve comparação entre ambos, considerou Caxias “[...] mais digno do posto de comandante brasileiro do que seu sucessor, o conde d’Eu” (DORATIOTO, 2002: 392). Pouco tempo após sua saída, José Maria Paranhos chegou a Assunção, em 20 de fevereiro de 1869, para tratar dos acordos de paz com o novo governo paraguaio e ficou chocado com o ambiente e a situação que encontrou. A nova tarefa que se impôs ao conde d’Eu se mostrou muito difícil e complexa do que supunha Caxias quanto ao final da guerra. Com a indicação do Conde d’Eu, a partir do momento em que este assumiu o comando das forças brasileiras na Guerra do Paraguai, especialmente a partir de abril de 1869, até 1870, este se depara com a difícil tarefa de substituir Caxias, reverter a situação de estagnação das tropas em Assunção e levar adiante a atribulada fase de interiorização das forças militares em território paraguaio, mediante a premência em finalizar o conflito.

Referências bibliográficas

- BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. São Paulo: ed. UNESP, 2005.
- CARDOZO, Efraím. **Breve historia del Paraguay**. Buenos Aires: Eudeba Editorial Universitária de Buenos Aires, 1965.
- CARNEIRO, Mário Tibúrcio Gomes. As tentativas para a organização militar do Brasil. As leis do recrutamento. **Arquivo militar**, v. 1. n. 1, p. 115–30.
- CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **Conde d’Eu**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. Série V, Brasileira, vol. XI.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2004.
- CERQUEIRA, Dionisio. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865–1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- COSTA, Virgílio Pereira da Silva. **Duque de Caxias**. São Paulo: Três, 1974.
- COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo: Hucitec – ed. UNICAMP, 1995.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FLEIUSS, Max. **Conde d’Eu — 1842–1922**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1942. Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 28 de abril de 1942.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959. v. 4 e 5.
- HISTÓRIA da Guerra do Brasil contra as repúblicas do Uruguay e Paraguay**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança; Livraria de A. G. Guimarães & C., 1871.
- IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial — vol. II — 1831–1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- LAGE, Nelson. Paraguai, a guerra total — rios de sangue e lágrimas correm no Prata. In: **Os grandes enigmas de nossa história**. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1982.
- LIMA, Flamarion Barreto. **Guerra do Paraguai**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — curso de preparação, 1967.
- LIMA, Oliveira. **O império brasileiro (1821–1889)**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, s. d.
- PASCAL, Maria Aparecida Macedo. **A imprensa e a Guerra do Paraguai**. In: **CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., São Paulo, 31/5–2/6/2007, Faculdade Cásper Líbero**; Intercom — Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Anais... Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0048-1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

REIS, Maria Lourdes Reis. **Imprensa em tempo de guerra**: o jornal “O Jequitinhonha” e a Guerra do Paraguai. 4. ed. Belo Horizonte: Cuatiara, 2008.

RENAULT, Delso. **Rio de Janeiro**: a vida da cidade refletida nos jornais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHULZ, John. **O Exército na política**: origens da intervenção militar — 1850–1894. São Paulo: ed. USP, 1994.